



Ministério Público de Sergipe
IV Concurso Público para o Provimento de Vagas de
Técnico do Ministério Público
Área Administrativa

Nome do Candidato
Caderno de Prova '11', Tipo 001

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-001

Nº do Documento
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase abaixo, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Faça do bom humor seu aliado e você sempre
acordará com o pé direito.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-textos, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Considere a crônica “No ônibus”, do escritor Carlos Drummond de Andrade, para responder às questões de números 1 a 10.

1. *A senhora subiu, Deus sabe como, em companhia de dois garotos. Cada garoto com sua merendeira e sua pasta de livros e cadernos indispensáveis para a aquisição dos preliminares da sabedoria. No ônibus não cabia mais ninguém. A bem dizer, não cabia nem o pessoal que se espremia lá dentro em estado de sardinha. Na massa compacta de gente, ou de seções de gente que a vista alcançava, percebi aquelas mãozinhas tentando segurar as pastas atochadas.*
2. *– Deixa que eu carrego – falei na direção de um dos braços a meu alcance, executando um movimento complicado, para enxergar os rostos dos garotos. O menor olhou-me com surpresa e hesitação, porém o mais velho estendeu o braço, e o primeiro, depois de uma cotovelada ministrada pelo segundo, imitou-o. Fiquei de posse de duas bojudas pastas escolares, que acomodei da melhor maneira possível sobre os joelhos. Conheço perfeitamente a técnica de carregar embrulhos dos outros. Deve-se colocá-los de tal modo que fiquem seguros sem que seja necessário pôr a mão em cima deles. São coisas sagradas.*
3. *A voz da senhora saiu daquele bolo humano:*
4. *– Agradece ao moço, Serginho. Agradece, Raul.*
5. *Raul (o mais crescido) obedeceu, mas Serginho manteve-se reservado. Mal se passaram alguns minutos, senti que a pasta de cima escorregava mansamente do meu colo. Muito de leve, a mão esquerda de Serginho, escondida sob um lenço, puxava-a para fora. Compreendi que ele prezava acima de tudo a sua pasta, e deixei que a tirasse. A mãe ordenou:*
6. *– Serginho, deixe a pasta com o moço!*
7. *Teve de levantar a voz, para torná-la enérgica. Passageiros em redor começaram a sorrir. Tive de sorrir também. Muito a contragosto, Serginho voltou a confiar-me sua querida pasta. Um estranho mereceria carregá-la? E se fugisse com ela? Como bem podem imaginar, Serginho suspeitava de minha honorabilidade, e os circunstantes se deliciavam com a suspeita.*
8. *Mais alguns quarteirões, Serginho repete a manobra. Dessa vez, é radical. Toma sua pasta e a de Raul. Raul protesta:*
9. *– Deixa com ele, seu burro. Não vê que eu não posso segurar nada?*
10. *A mãe, em apoio de Raul, exprobra o procedimento de Serginho. Este capitula, mas em termos. Só me restitui a pasta do irmão. A sua não correrá o risco. Coloca-a sobre o peito, sob as mãos cruzadas, como levaria o Santo Graal.*
11. *– Este menino é impossível. Desculpe, cavalheiro.*
12. *Não vejo o rosto da senhora, mas sua voz é doce, e compensa-me da desconfiança do Serginho. Sorrio para este, enquanto retribuo: “Oh, minha senhora, por favor! Até que o seu filhinho é engraçado.”*
13. *Engraçado? Serginho faz-me uma careta e ferra-me um beliscão. A assistência ri. A mãe ferra outro em Serginho, que dispara a chorar. Bonito. É no que dá carregar embrulho dos outros.*

(ANDRADE, Carlos Drummond de. **70 historinhas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 105-107. Adaptado)

1. Com finalidade expressiva, Drummond lança mão de um enunciado paradoxal no seguinte trecho da crônica:
 - (A) *Muito de leve, a mão esquerda de Serginho, escondida sob um lenço, puxava-a para fora.* (5º parágrafo)
 - (B) *Cada garoto com sua merendeira e sua pasta de livros e cadernos indispensáveis para a aquisição dos preliminares da sabedoria.* (1º parágrafo)
 - (C) *Fiquei de posse de duas bojudas pastas escolares, que acomodei da melhor maneira possível sobre os joelhos.* (2º parágrafo)
 - (D) *A bem dizer, não cabia nem o pessoal que se espremia lá dentro em estado de sardinha.* (1º parágrafo)
 - (E) *Raul (o mais crescido) obedeceu, mas Serginho manteve-se reservado.* (5º parágrafo)
2. Em sua crônica, Drummond dirige-se explicitamente a seus leitores no seguinte trecho:
 - (A) *O menor olhou-me com surpresa e hesitação, porém o mais velho estendeu o braço, e o primeiro, depois de uma cotovelada ministrada pelo segundo, imitou-o.* (2º parágrafo)
 - (B) *Na massa compacta de gente, ou de seções de gente que a vista alcançava, percebi aquelas mãozinhas tentando segurar as pastas atochadas.* (1º parágrafo)
 - (C) *Como bem podem imaginar, Serginho suspeitava de minha honorabilidade, e os circunstantes se deliciavam com a suspeita.* (7º parágrafo)
 - (D) *Mal se passaram alguns minutos, senti que a pasta de cima escorregava mansamente do meu colo.* (5º parágrafo)
 - (E) *– Deixa com ele, seu burro. Não vê que eu não posso segurar nada?* (9º parágrafo)



3. *Teve de levantar a voz, para torná-la enérgica.* (7º parágrafo)
Em relação ao trecho que a antecede, a oração sublinhada expressa ideia de
- (A) causa.
 - (B) oposição.
 - (C) consequência.
 - (D) condição.
 - (E) finalidade.
-
4. No chamado discurso indireto livre, a voz de um personagem mescla-se intimamente à voz do cronista, a exemplo do que ocorre no seguinte trecho:
- (A) *Na massa compacta de gente, ou de seções de gente que a vista alcançava, percebi aquelas mãozinhas tentando segurar as pastas atochadas.* (1º parágrafo)
 - (B) *Muito a contragosto, Serginho voltou a confiar-me sua querida pasta. Um estranho mereceria carregá-la? E se fugisse com ela?* (7º parágrafo)
 - (C) *– Deixa que eu carregue – falei na direção de um dos braços a meu alcance, executando um movimento complicado, para enxergar os rostos dos garotos.* (2º parágrafo)
 - (D) *Raul protesta: – Deixa com ele, seu burro. Não vê que eu não posso segurar nada?* (8º/9º parágrafos)
 - (E) *Sorriso para este, enquanto retribuo: “Oh, minha senhora, por favor! Até que o seu filhinho é engraçado.”* (12º parágrafo)
-
5. *A mãe, em apoio de Raul, exprobra o procedimento de Serginho.* (10º parágrafo)
O verbo sublinhado pode ser substituído, sem prejuízo para o sentido da frase, por:
- (A) repreende.
 - (B) ignora.
 - (C) dissimula.
 - (D) estimula.
 - (E) reconhece.
-
6. Retoma um *termo* mencionado anteriormente na crônica a palavra sublinhada em:
- (A) *– Deixa com ele, seu burro. Não vê que eu não posso segurar nada?* (9º parágrafo)
 - (B) *Mal se passaram alguns minutos, senti que a pasta de cima escorregava mansamente do meu colo.* (5º parágrafo)
 - (C) *Compreendi que ele prezava acima de tudo a sua pasta, e deixei que a tirasse.* (5º parágrafo)
 - (D) *Compreendi que ele prezava acima de tudo a sua pasta, e deixei que a tirasse.* (5º parágrafo)
 - (E) *A mãe ferra outro em Serginho, que dispara a chorar.* (13º parágrafo)
-
7. *A mãe ordenou:*
– Serginho, deixe a pasta com o moço! (5º/6º parágrafos)
Ao se transpor o trecho acima para o discurso indireto, o verbo sublinhado assume a seguinte forma:
- (A) deixasse.
 - (B) deixara.
 - (C) deixou.
 - (D) deixava.
 - (E) deixaria.
-
8. Emprega-se palavra formada com prefixo que exprime ideia de negação no seguinte trecho:
- (A) *No ônibus não cabia mais ninguém* (1º parágrafo)
 - (B) *compensa-me da desconfiança do Serginho* (12º parágrafo)
 - (C) *sem que seja necessário pôr a mão em cima deles* (2º parágrafo)
 - (D) *Este capitula, mas em termos* (10º parágrafo)
 - (E) *Até que o seu filhinho é engraçado* (12º parágrafo)
-
9. Observa-se o emprego de vírgula para isolar um vocativo no seguinte trecho:
- (A) *Raul (o mais crescido) obedeceu, mas Serginho manteve-se reservado.* (5º parágrafo)
 - (B) *A bem dizer, não cabia nem o pessoal que se espremia lá dentro em estado de sardinha.* (1º parágrafo)
 - (C) *– Este menino é impossível. Desculpe, cavalheiro.* (11º parágrafo)
 - (D) *Sorriso para este, enquanto retribuo:* (12º parágrafo)
 - (E) *A mãe ferra outro em Serginho, que dispara a chorar.* (13º parágrafo)



10. É invariável quanto a gênero e a número a palavra sublinhada no seguinte trecho:
- (A) *Raul (o mais crescido) obedeceu, mas Serginho manteve-se reservado.* (5º parágrafo)
 - (B) *A senhora subiu, Deus sabe como, em companhia de dois garotos.* (1º parágrafo)
 - (C) *Conheço perfeitamente a técnica de carregar embrulhos dos outros.* (2º parágrafo)
 - (D) *Mal se passaram alguns minutos, senti que a pasta de cima escorregava mansamente do meu colo.* (5º parágrafo)
 - (E) *A mãe ferra outro em Serginho, que dispara a chorar.* (13º parágrafo)

Matemática e Raciocínio Lógico

11. Um grupo é formado por 350 técnicos, sendo que apenas uma parte deles é fluente em inglês. Se 30% dos técnicos que não são fluentes em inglês passarem a ter proficiência nessa língua, então o número de técnicos fluentes em inglês desse grupo passará a corresponder a quatro vezes o número de técnicos sem fluência em inglês. Nesse momento, o número de técnicos fluentes em inglês é
- (A) 250
 - (B) 270
 - (C) 260
 - (D) 265
 - (E) 255
12. Considere a sequência 2, 3, 5, 6, 11, 17, 10, 19, 29, 14, ... construída a partir de um padrão lógico. Nessa sequência, a soma do 300º termo com o 404º termo é igual a
- (A) 2051
 - (B) 2491
 - (C) 2268
 - (D) 2357
 - (E) 2110
13. Um grupo é formado por 57 pessoas, cada uma delas colecionando selos ou moedas ou latas. Quem coleciona selos também coleciona moedas. São 10 pessoas que colecionam moedas e latas, mas não colecionam selos. O número de pessoas que colecionam apenas moedas é igual à terça parte do número de pessoas que colecionam apenas selos e moedas. São 7 pessoas que colecionam selos, moedas e latas e são 4 pessoas que colecionam apenas latas.
- O número de pessoas desse grupo que colecionam exatamente 2 dos itens citados é
- (A) 40
 - (B) 36
 - (C) 44
 - (D) 33
 - (E) 37
14. Uma reunião de formação contou com a presença de Enrico e apenas mais dois ou três dos seguintes técnicos: André, Bruno, Carlos e Daniel. As seguintes afirmações foram feitas por Enrico:
- Se Carlos não esteve presente, então André esteve presente.
 - Daniel esteve presente se, e somente se, André esteve presente.
 - Bruno esteve presente ou Carlos esteve presente.
 - Ou Bruno não esteve presente ou Daniel esteve presente.
 - André e Bruno estiveram presentes.
- Sabendo que exatamente uma das afirmações feitas por Enrico é logicamente falsa, então estiveram na reunião apenas Enrico,
- (A) André e Carlos.
 - (B) André e Daniel.
 - (C) Bruno e Carlos.
 - (D) André, Bruno e Daniel.
 - (E) Bruno, Carlos e Daniel.

Noções de Legislação

15. São princípios institucionais do Ministério Público:
- (A) hierarquia, indivisibilidade e independência funcional.
 - (B) unidade, indivisibilidade e autonomia funcional.
 - (C) unidade, divisibilidade e autonomia funcional.
 - (D) unidade, indivisibilidade e independência funcional.
 - (E) hierarquia, divisibilidade e autonomia funcional.



16. O Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Sergipe é nomeado pelo ____I____, para um mandato de ____II____, a partir da lista tríplice formada ____III____ que estejam no primeiro quinto do quadro geral de antiguidade e que tenham mais de 35 anos de idade e 15 anos de carreira, requisitos a serem comprovados na data do registro da candidatura.

Completam corretamente as lacunas I, II e III, respectivamente:

- (A) Governador do Estado – 4 anos – apenas por Procuradores de Justiça.
- (B) Governador do Estado – 2 anos – por Procuradores de Justiça e Promotores de Justiça de entrância final.
- (C) Governador do Estado – 2 anos – apenas por Promotores de Justiça de entrância final.
- (D) Conselho Nacional do Ministério Público – 2 anos – por Procuradores de Justiça e Promotores de Justiça de entrância final.
- (E) Conselho Nacional do Ministério Público – 4 anos – apenas por Procuradores de Justiça.

17. A pena de suspensão será aplicada ao membro do Ministério Público do Estado de Sergipe

- (A) pelo prazo mínimo de 10 dias e máximo de 120 dias.
- (B) sem prejuízo dos subsídios e de eventuais vantagens pecuniárias inerentes ao exercício do cargo.
- (C) caso haja desobediência às decisões, determinações e instruções do Conselho Nacional do Ministério Público.
- (D) desde que precedida de regular processo administrativo sumário com decisão definitiva.
- (E) caso o infrator, já tendo sido punido com censura, pratique outra infração disciplinar que o torne passível da mesma pena.

Noções de Informática

18. Um técnico administrativo precisa encontrar rapidamente em seu computador um relatório importante chamado `MP-SE.docx` que ele salvou na pasta `Documentos`. Considerando que ele já está com uma janela do Explorador de Arquivos do Windows 11 aberta em sua área de trabalho, o procedimento para localizar esse arquivo consiste em

- (A) navegar manualmente através de todas as pastas no painel lateral, clicando em cada uma para expandir seu conteúdo e verificar se o arquivo está dentro.
- (B) pressionar as teclas `Ctrl + S` para habilitar a barra de procura, digitar `MP-SE.docx` e na sequência clicar em `Procurar`.
- (C) selecionar a pasta `Documentos` e utilizar a barra de pesquisa localizada no canto superior direito para digitar o nome completo ou parte do nome do arquivo `MP-SE.docx`.
- (D) selecionar a opção `Modo de Exibição` na barra de ferramentas e alterar para `Ícones Grandes` para visualizar melhor as miniaturas de cada arquivo.
- (E) clicar em `Novo item` para habilitar uma nova procura e digitar `MP-SE.docx`, na sequência, clicar em `Procurar`.

19. Uma técnica administrativa precisa enviar rapidamente um arquivo de vídeo de 250 MB armazenado em seu computador. Considerando os limites e as funcionalidades do Google Workspace para compartilhamento de arquivos, o procedimento mais adequado consiste em

- (A) anexar o arquivo de vídeo diretamente a uma nova mensagem no Gmail e enviá-lo com a permissão necessária para realizar o *download*.
- (B) fazer o *upload* do arquivo para o Google Drive, compartilhá-lo gerando um *link* com permissão apropriada e, então, enviar esse *link* por *e-mail*.
- (C) compactar o arquivo em partes menores que 25 MB e anexar cada parte a *e-mails* separados.
- (D) usar a opção de compartilhamento de arquivos e diretórios do Google Chat para anexar o arquivo e compartilhá-lo por meio de um arquivo compactado.
- (E) iniciar uma reunião no Google Meet e usar a função de compartilhamento de arquivos durante a chamada.

20. Uma técnica Administrativa do Ministério Público (MP) recebeu em sua caixa do Gmail um *e-mail* de um remetente desconhecido de fora do domínio do MP. A mensagem, com assunto "URGENTE: Notificação Judicial – Processo nº 2024.001.0001", contém um arquivo anexo em PDF e solicita a abertura imediata para conferência dos detalhes. Considerando as boas práticas de segurança cibernética, o procedimento mais seguro que ela deve adotar, imediatamente, em relação a esse *e-mail* consiste em

- (A) abrir o arquivo anexo rapidamente para verificar se trata de um processo real, pois o assunto parece urgente e relacionado às suas funções.
- (B) encaminhar o *e-mail* para todos os colegas do setor para saber se alguém reconhece o remetente ou o conteúdo mencionado.
- (C) repassar a mensagem para o setor de TI ou segurança da informação do MP, sem abrir o anexo, para análise prévia sobre uma possível tentativa de *phishing* ou *malware*.
- (D) clicar com o botão direito no anexo, salvá-lo no computador e executar o antivírus manualmente sobre o arquivo antes de abri-lo.
- (E) responder ao *e-mail* questionando a identidade do remetente e pedindo confirmação sobre a legitimidade do conteúdo.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

21. Em dúvida sobre o que fazer depois que terminar o ensino médio e atingir a maioria, uma jovem procurou se informar a respeito das condições gerais para ingresso e trabalho formal na iniciativa privada e no serviço público. Chegou à conclusão de que, como empregada na iniciativa privada ou como servidora concursada para ocupar cargo público, alguns direitos seriam os mesmos, dentre os quais:

- I. remuneração do trabalho noturno superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do diurno;
- II. salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei;
- III. gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;
- IV. proibição de diferença de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil, observado, em relação ao serviço público, que a lei poderá estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

Nos termos da Constituição Federal, as conclusões alcançadas pela jovem estão corretas APENAS em relação a

- (A) I e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) II e IV.

22. A fim de colher elementos para instruir inquérito criminal em andamento, a autoridade policial pretende realizar, no período diurno, buscas na casa de um suspeito investigado pela prática de crime de roubo, bem como obter acesso às comunicações telefônicas presentes e futuras do investigado. Nesse caso, em conformidade com a Constituição Federal, a autoridade policial

- (A) estará autorizada tanto a realizar as buscas, quanto a obter acesso às comunicações telefônicas, independentemente de ordem judicial.
- (B) dependerá de ordem judicial tanto para realizar as buscas, independentemente do consentimento do morador, quanto para obter acesso às comunicações telefônicas.
- (C) estará autorizada a realizar as buscas, independentemente de determinação judicial e de consentimento do morador, mas dependerá de ordem judicial para obter acesso às comunicações telefônicas.
- (D) estará autorizada a obter acesso às comunicações telefônicas, independentemente de determinação judicial, mas dependerá de ordem judicial para realizar as buscas.
- (E) dependerá de consentimento do morador, para realizar as buscas, mesmo que tenham sido determinadas por ordem judicial, e de ordem judicial, para obter acesso às comunicações telefônicas.

23. Ao disciplinar os direitos políticos, a Constituição Federal estabelece que

- (A) o mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da posse, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- (B) as manifestações favoráveis e contrárias às questões submetidas a consultas populares sobre questões locais ocorrerão durante as campanhas eleitorais, com direito à utilização de propaganda gratuita no rádio e na televisão.
- (C) as consultas populares sobre questões locais deverão ser aprovadas pelas Câmaras Municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral até sessenta dias antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos.
- (D) a ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, excetuados os casos previstos em lei, respondendo o autor pelas custas judiciais e pelos ônus da sucumbência, se temerária ou de manifesta má-fé.
- (E) a lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.

24. Considere o seguinte trecho, extraído de decisão do Supremo Tribunal Federal:

“O art. [...] da Constituição assenta como um dos [...] do Estado brasileiro a [...] – que significa o poder político supremo dentro do território, e, no plano internacional, no tocante às relações da República Federativa do Brasil com outros Estados soberanos [...]. A [...], dicotomizada em interna e externa, tem na primeira a exteriorização da vontade popular [...] através dos representantes do povo no parlamento e no governo; na segunda, a sua expressão no plano internacional, por meio do presidente da República.”

À luz da Constituição Federal, o texto em destaque refere-se à

- (A) autodeterminação dos povos, consagrada como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- (B) soberania, consagrada como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.
- (C) separação dos poderes, consagrada como um dos princípios fundamentais do Estado brasileiro.
- (D) igualdade entre os Estados, consagrada como um dos princípios de regência da República brasileira nas suas relações internacionais.
- (E) independência nacional, consagrada como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito brasileiro.



25. Com vistas a implementar melhorias nos espaços e patrimônio inseridos em seu território, determinado Estado da federação pretende legislar sobre responsabilidade por dano a bens e direitos de valor turístico e paisagístico, bem como sobre controle da poluição. Nessa hipótese, nos termos da Constituição Federal, o Estado
- (A) possui competência para legislar apenas sobre controle da poluição, desde que para atender a suas peculiaridades.
 - (B) não possui competência para legislar sobre as matérias referidas, uma vez que todas são de competência legislativa privativa da União.
 - (C) possui competência legislativa plena em todas as matérias referidas, independentemente da existência de leis federais sobre normas gerais.
 - (D) possui competência para legislar apenas sobre responsabilidade por dano a bens e direitos de valor turístico e paisagístico, desde que para atender a suas peculiaridades.
 - (E) possui competência suplementar em todas as matérias referidas, em relação às quais compete à União legislar sobre normas gerais.
-
26. A população de determinado Estado da federação tem discutido uma proposta pela qual parte do território seria desmembrada do todo, para formar um novo Estado-membro. Nesse caso, de acordo com a Constituição Federal, a formação do novo Estado
- (A) é vedada, somente se admitindo a reorganização do território dos Estados para formação de novos Municípios.
 - (B) é vedada, pois somente se admite o desmembramento de um Estado para se anexar a outro.
 - (C) depende de aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
 - (D) depende de lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos.
 - (E) depende de lei complementar estadual e de aprovação da população do Estado afetado, mediante referendo.
-
27. Um membro do Ministério Público estadual (MPE) e sua esposa, servidora pública ocupante de cargo efetivo na administração direta municipal, receberam convites para se filiarem a partido político e concorrerem ao mandato de Vereador do Município em que residem. Nessa situação, considerando que ambos pretendem manter os cargos respectivos, nos termos da Constituição Federal,
- (A) o membro do MPE estará impedido de se filiar e de se candidatar, mas a servidora poderá tanto se filiar como se candidatar e, caso eleita e investida no mandato, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo efetivo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
 - (B) ambos poderão se filiar, mas apenas a servidora poderá se candidatar e, caso eleita e investida no mandato, não havendo compatibilidade de horários, será afastada do cargo efetivo, sendo-lhe facultado optar por sua remuneração.
 - (C) ambos poderão se filiar e se candidatar e, caso eleitos e investidos no mandato, serão afastados dos cargos que ocupam, sendo-lhes facultado optar por suas remunerações respectivas.
 - (D) o membro do MPE estará impedido de se filiar e de se candidatar, mas a servidora poderá tanto se filiar como se candidatar, embora, caso eleita e investida no mandato, deva ser afastada do cargo efetivo e seu tempo de serviço não possa ser contado para os efeitos legais.
 - (E) ambos poderão se filiar, mas apenas a servidora poderá se candidatar e, caso eleita e investida no mandato, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
-
28. Nos termos da Constituição Federal, o exercício da função de fiscalização contábil, financeira e orçamentária compreende, dentre outras, a competência dos Tribunais de Contas para
- (A) apreciar, para fins de registro, a legalidade das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, incluídas as melhorias posteriores ao ato concessório inicial.
 - (B) apreciar, para fins de registro, a legalidade de todos os atos de admissão de pessoal, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
 - (C) receber denúncias ou comunicações de irregularidades ou ilegalidades, sejam as feitas, na forma da lei, por cidadão, partido político, associação ou sindicato, sejam aquelas que cabe aos responsáveis pelo controle interno efetuar, sob pena de responsabilidade solidária.
 - (D) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, excetuadas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público.
 - (E) fiscalizar a aplicação de recursos e, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, sustar a execução de atos e contratos, bem como aplicar aos responsáveis as sanções previstas em lei, exceto multa proporcional ao dano causado ao erário, de competência do Poder Judiciário.



29. Em 30 de setembro de 2025, foram recebidas e publicadas no Diário Oficial da União as justificativas para veto oposto a dispositivos de projeto de lei complementar, na seguinte conformidade:

“Art. 2º do Projeto de Lei Complementar, na parte em que altera a alínea “d” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº [...]

Razões do veto

‘A nova redação da alínea [...] cria distorções que resultam em aplicação desigual da sanção. [...] A nova redação, portanto, viola o princípio da isonomia [...] ao introduzir um critério arbitrário e desigual entre candidatos em situações equivalentes.’

Art. 2º do Projeto de Lei Complementar, na parte em que inclui os § 4º F, § 6º e § 9º ao art. 1º da Lei Complementar [...] e Art. 2º do Projeto de Lei Complementar, na parte em que inclui o art. 26E à Lei Complementar nº [...]

Razões do veto

‘Os dispositivos impugnados autorizam a aplicação imediata de normas mais brandas, inclusive a fatos e condenações já definitivamente julgados. [...] a inovação normativa afronta diretamente o princípio da segurança jurídica, assegurado no art. [...] da Constituição [...].’

Essas, Senhor Presidente, são as razões que me conduziram a vetar os dispositivos mencionados do Projeto de Lei em causa [...].”

Considerados esses elementos à luz da Constituição Federal, trata-se de mensagem relativa a projeto de lei por meio da qual o Presidente da

- (A) República comunica que, por motivo de contrariedade ao interesse público, a ele opôs veto total, o qual só poderá ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores.
 - (B) República comunica que, por motivo de contrariedade ao interesse público, a ele opôs veto parcial, o qual deverá ser apreciado em sessão conjunta do Congresso Nacional, no prazo de 30 dias contados de 30 de setembro, sob pena de, não o sendo, sobrestar as demais proposições, até sua votação final.
 - (C) República comunica que, por motivo de inconstitucionalidade, a ele opôs veto total, o qual só poderá ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores.
 - (D) República comunica que, por motivo de inconstitucionalidade, a ele opôs veto parcial, o qual deverá ser apreciado em sessão conjunta do Congresso Nacional, no prazo de 30 dias contados de 30 de setembro, sob pena de, não o sendo, sobrestar as demais proposições, até sua votação final.
 - (E) Câmara dos Deputados, na qualidade de Presidente do Congresso Nacional, recebeu comunicação de veto parcial do Presidente da República a projeto de lei que havia sido aprovado, no mínimo, pela maioria absoluta dos membros de cada uma das Casas legislativas.
-
30. As pessoas aprovadas em concurso público para ingresso em carreiras vinculadas a funções essenciais à Justiça devem observar que, pela Constituição Federal, lhes é vedado expressamente o exercício da advocacia como membros
- (A) do Ministério Público, apenas, já que as carreiras da Advocacia Pública e da Defensoria Pública pressupõem o exercício da advocacia.
 - (B) da Defensoria Pública, em caráter absoluto, e do Ministério Público, fora das atribuições institucionais.
 - (C) tanto do Ministério Público quanto da Defensoria Pública, ambos em caráter absoluto.
 - (D) tanto do Ministério Público quanto da Defensoria Pública, ambos apenas fora das atribuições institucionais.
 - (E) do Ministério Público, em caráter absoluto, e da Defensoria Pública, fora das atribuições institucionais.
-

Noções de Direito Administrativo

31. Nathália é servidora pública. Rogério, marido de Nathália, participou como perito em determinado processo administrativo, no qual Nathália não possui interesse na matéria. Em conformidade com a Lei nº 9.784/1999, considerando apenas as informações fornecidas, nesse processo administrativo, Nathália
- (A) não é impedida de atuar, pois o impedimento se daria apenas se ela estivesse litigando judicial ou administrativamente com o interessado.
 - (B) não é impedida de atuar, pois o impedimento se daria apenas se ela tivesse interesse direto ou indireto na matéria.
 - (C) não é impedida de atuar, pois o impedimento se daria apenas se ela própria tivesse dele participado como perita.
 - (D) é impedida de atuar, por expressa vedação legal.
 - (E) não é impedida de atuar, pois o impedimento se daria apenas se um parente até terceiro grau dela tivesse dele participado como perito.



32. De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa nº 8.429/1992 (com redação dada pela Lei nº 14.230/2021), a aplicação das sanções nela previstas ao servidor público que praticar ato de improbidade administrativa
- (A) depende da aprovação ou rejeição das contas pelo Tribunal ou Conselho de Contas.
 - (B) independe sempre da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público, inclusive quanto à pena de ressarcimento.
 - (C) independe da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.
 - (D) depende, em qualquer hipótese, da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.
 - (E) depende da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno.
-
33. Considere as seguintes situações:
- I. Vicente tentou afastar licitante por meio de violência;
 - II. Hermínio desistiu de licitar em razão de vantagem oferecida;
 - III. Cacilda patrocinou diretamente interesse privado perante a Administração Pública, dando causa à celebração de contrato cuja invalidação não veio a ser decretada pelo Poder Judiciário.
- Por força da Lei nº 14.133/2021, com base apenas nas informações fornecidas, Vicente
- (A) cometeu crime de afastamento de licitante, incorrendo em pena de detenção de 6 meses a 3 anos e multa, além da pena correspondente à violência; Hermínio incorre na mesma pena de Vicente; e Cacilda não cometeu crime de patrocínio de contratação indevida.
 - (B) cometeu crime de afastamento de licitante, incorrendo em pena de detenção de 6 meses a 3 anos e multa, além da pena correspondente à violência; Hermínio cometeu crime de contratação inidônea, incorrendo na pena de reclusão de 3 a 5 anos e multa; e Cacilda incorre na pena de reclusão, de 6 meses a 3 anos e multa, por ter cometido o crime de patrocínio de contratação indevida.
 - (C) cometeu crime de afastamento de licitante, incorrendo em pena de reclusão de 3 a 5 anos e multa, além da pena correspondente à violência; Hermínio incorre na mesma pena de Vicente; e Cacilda não cometeu crime de patrocínio de contratação indevida.
 - (D) não cometeu crime de afastamento de licitante; Hermínio cometeu crime de afastamento de licitante, incorrendo na pena de reclusão de 4 a 8 anos e multa; e Cacilda incorre na pena de reclusão, de 6 meses a 3 anos e multa, por ter cometido o crime de patrocínio de contratação indevida.
 - (E) não cometeu crime de afastamento de licitante; Hermínio cometeu crime de fraude em licitação ou contrato, incorrendo em pena de reclusão de 4 a 8 anos e multa; e Cacilda incorre na mesma pena de Hermínio.
-
34. Em conformidade com a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942, com redação dada pela Lei nº 12.376/2010 e alterações),
- (A) a decisão do processo nas esferas administrativa, controladora ou judicial, não poderá impor compensação por benefícios indevidos ou prejuízos anormais ou injustos resultantes do processo ou da conduta dos envolvidos.
 - (B) em qualquer órgão ou Poder, a edição de atos normativos por autoridade administrativa, incluindo os de mera organização interna, poderá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados, preferencialmente por meio eletrônico, a qual será considerada na decisão.
 - (C) para eliminar situação contenciosa na aplicação do direito público, salvo no caso de expedição de licença, a autoridade administrativa poderá, após oitiva do órgão jurídico e, quando for o caso, após realização de consulta pública, e presentes razões de relevante interesse geral, celebrar compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável, o qual só produzirá efeitos a partir de sua publicação oficial.
 - (D) as autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de regulamentos, súmulas administrativas e respostas a consultas.
 - (E) a revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, sendo permitido que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas.
-
35. Na última terça-feira, às 21h30, Emílio, oficial de justiça, adentrou, à revelia da vontade do ocupante, imóvel alheio para cumprimento de mandado de busca e apreensão domiciliar, com a finalidade específica de prejudicar o mencionado ocupante do imóvel. Nessa situação, com base apenas nas informações fornecidas, em conformidade com a Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, Emílio
- (A) cometeu crime, pois o ingresso em imóvel alheio, à revelia da vontade do ocupante, independentemente do horário, apenas não constitui crime quando houver fundados indícios que indiquem a necessidade do ingresso em razão de desastre.
 - (B) cometeu crime, devendo incorrer em pena de reclusão, de 6 meses a 2 anos, e multa.
 - (C) não cometeu crime, pois a busca e apreensão domiciliar é vedada somente após as 22h ou antes das 5h.
 - (D) cometeu crime, pois o ingresso em imóvel alheio, à revelia da vontade do ocupante, independentemente do horário, apenas não constitui crime se for para prestar socorro.
 - (E) cometeu crime, devendo incorrer em pena de detenção, de 1 a 4 anos, e multa.



36. Em conformidade com a Lei nº 9.784/1999, com relação à comunicação dos atos no processo administrativo, a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências
- (A) será nula quando feita sem observância das prescrições legais, mas o comparecimento do administrado supre sua falta ou irregularidade.
 - (B) observará a antecedência mínima de cinco dias úteis quanto à data de comparecimento.
 - (C) deve ser sempre efetuada por ciência no processo, pois é o único meio que assegura a certeza da ciência do interessado.
 - (D) não atendida importa o reconhecimento da verdade dos fatos.
 - (E) não atendida importa a renúncia a direito pelo administrado.
-
37. Leonardo, agente público que exerce função pública no Ministério Público de determinado Estado, está sendo processado por ato de improbidade administrativa. Nessa situação, em conformidade com a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992, com redação dada pela Lei nº 14.230/2021), a autoridade judicial competente
- (A) poderá determinar o afastamento de Leonardo da sua função, com prejuízo da remuneração, se a medida for necessária à instrução processual ou para evitar a iminente prática de novos ilícitos, sendo esse afastamento de até 60 dias, prorrogáveis uma única vez por igual prazo, mediante decisão motivada.
 - (B) poderá determinar o afastamento de Leonardo da sua função, sem prejuízo da remuneração, se a medida for necessária à instrução processual ou para evitar a iminente prática de novos ilícitos, sendo esse afastamento de até 90 dias, prorrogáveis uma única vez por igual prazo, mediante decisão motivada.
 - (C) não poderá determinar o afastamento de Leonardo da sua função, ainda que para evitar iminente prática de novos ilícitos, pois o afastamento do cargo, emprego ou função apenas é permitido após o trânsito em julgado da sentença condenatória.
 - (D) poderá determinar o afastamento de Leonardo da sua função, com prejuízo da remuneração, se a medida for necessária para evitar a iminente prática de novos ilícitos, sendo esse afastamento de até 120 dias improrrogáveis, mediante decisão motivada.
 - (E) não poderá determinar o afastamento de Leonardo da sua função, ainda que para evitar iminente prática de novos ilícitos, porém poderá suspender os seus direitos políticos, não sendo necessário, para tanto, o trânsito em julgado da sentença condenatória.
-
38. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, é inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial, dentre outros, no caso de contratação
- (A) que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores.
 - (B) de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
 - (C) que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 ano, quando se verificar que naquela licitação não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas.
 - (D) que tenha por objeto bens, serviços, alienações ou obras, nos termos de acordo internacional específico aprovado pelo Congresso Nacional, quando as condições ofertadas forem manifestamente vantajosas para a Administração.
 - (E) de associação de pessoas com deficiência, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgão ou entidade da Administração Pública, para a prestação de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado e os serviços contratados sejam prestados exclusivamente por pessoas com deficiência.
-
39. Marcos é membro do Poder Judiciário; Carlos é agente público que, de forma transitória, serve o Poder Público exercendo a função não remunerada de conciliador no Poder Judiciário; Luiz é membro do Ministério Público Federal; Francisco é membro do Tribunal de Contas de um Estado. Com base apenas nas informações fornecidas, em conformidade com a Lei nº 13.869/2019, podem ser sujeitos ativos do crime de abuso de autoridade Marcos, assim como
- (A) Carlos, apenas.
 - (B) Luiz e Francisco, apenas.
 - (C) Carlos e Luiz, apenas.
 - (D) Luiz, apenas.
 - (E) Carlos, Luiz e Francisco.
-
40. Considere.
- I. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá, dentre outras hipóteses, proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável.
 - II. Nos casos de anulação e revogação da licitação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.
 - III. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.
- Com relação ao encerramento da licitação, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, está correto o que se afirma em
- (A) II e III, apenas.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) I, II e III.
 - (D) I e III, apenas.
 - (E) II, apenas.

**Noções de Administração Pública**

41. Entre os diferentes tipos de estrutura organizacional, tem-se que a estrutura matricial se diferencia do tipo divisional, entre outros aspectos, em face da
- (A) prevalência do órgão central, encarregado da apuração de resultados para toda a estrutura.
 - (B) ausência de centros de custos definidos, eis que os lucros ou prejuízos são apurados por estimativa.
 - (C) presença de uma estrutura compartimentada e hierarquizada, na qual os órgãos não possuem nenhum grau de autonomia.
 - (D) existência de órgãos com duração limitada à existência de projetos, denominados centros de resultados.
 - (E) departamentalização pelo critério finalístico, ao contrário da divisional, em que o critério adotado é o funcional.
-
42. O processo organizacional envolve diversas atividades, entre as quais se incluem planejamento, direção, coordenação, comunicação, controle e avaliação. Nesse contexto, o mecanismo denominado ajuste espontâneo
- (A) está presente na atividade de planejamento, e refere-se à apuração das metas de resultados a partir de uma determinada linha de base em face da qual os indicadores são calculados.
 - (B) ocorre no âmbito da coordenação, operando-se de forma voluntária entre os membros responsáveis por determinada atividade, e não envolve relação de subordinação.
 - (C) consiste em um fator de equalização aplicado na etapa de avaliação, de modo a expurgar resultados extremos, negativos ou positivos, trazendo o resultado para uma faixa intermediária.
 - (D) não está presente nas organizações formais modernas, sendo apenas identificado em estruturas colaborativas como cooperativas e associações.
 - (E) constitui uma ferramenta muito utilizada na atividade de direção, voltada à redução de custos e que busca a convergência para o modelo ótimo na relação insumos/produção.
-
43. Suponha que o dirigente de uma determinada empresa pública pretenda proceder à avaliação de desempenho dos membros de sua equipe, valendo-se de alguma metodologia de avaliação comumente utilizada no setor privado, ponderando os pontos positivos e negativos presentes nas diferentes opções. Entre as possíveis alternativas, insere-se
- (A) a avaliação 360°, também denominada Avaliação Circular, cabendo atentar que tal método pressupõe a autoavaliação e também a participação daqueles que se relacionam com o avaliado, tais como colegas, fornecedores e clientes.
 - (B) o método dos incidentes críticos, o qual, contudo, demandará a realização de dinâmicas de grupo simulando situações extremas, o que pode gerar desconforto e até denúncias de assédio moral.
 - (C) a escala gráfica, que pode ser conveniente por ser um método bastante simples e rápido, porém com risco do denominado efeito halo, que consiste na leniência em relação a determinados grupos.
 - (D) o método escolha forçada, no qual o avaliador realiza o ranqueamento dos profissionais em termos de resultados obtidos, o que leva, necessariamente, ao desligamento dos situados no patamar abaixo da média.
 - (E) a pesquisa de campo, metodologia baseada em comparação binária entre os profissionais avaliados e as referências de mercado (*benchmarking*), com a classificação de acordo com critérios de custo-resultado.
-
44. Uma entidade que pretenda aplicar os conceitos de gestão por competências deve adotar, entre outras medidas, o mapeamento de competências, o que significa, em termos concretos,
- (A) identificar as competências técnicas e comportamentais requeridas para os cargos existentes na entidade.
 - (B) procurar, no mercado, os melhores profissionais disponíveis para atuar na entidade.
 - (C) identificar os colaboradores da organização que possuem competência para atuar nas posições de liderança.
 - (D) realizar um *benchmarking* e escolher uma “organização modelo” para espelhar as melhorias a serem aplicadas à entidade.
 - (E) fomentar a competição interna entre seus colaboradores, eis que o resultado do mapeamento é a identificação dos que serão promovidos.
-
45. No que concerne ao tema gestão de conflitos, é certo que a visão da importância e a forma de tratar o conflito vêm mudando ao longo dos anos e, nesse contexto, a
- (A) abordagem do conflito sob o prisma da tarefa foi substituída pela abordagem de processo, também denominada interpessoal, sustentando que as relações são o foco de todos os conflitos da organização.
 - (B) abordagem das relações humanas considera o conflito nocivo e propõe ferramentas para evitá-lo a qualquer custo, trabalhando as estruturas de poder da organização.
 - (C) visão tradicional aceita o conflito como uma condição necessária dos grupos organizacionais e não busca evitá-lo ou desencorajá-lo, pois considera essa abordagem ineficaz e contraproducente.
 - (D) abordagem unitarista predica a necessidade de encontrar uma única causa-raiz para os conflitos existentes na organização, sustentando que a eliminação desta tornará o ambiente harmônico.
 - (E) abordagem interacionista considera que um determinado nível de conflito é condição relevante para evitar que o grupo permaneça estático e insensível à necessidade de mudança e inovação.



46. Considere que uma organização que adote gestão por projetos baseada na metodologia do Caminho Crítico – *Critical Path Method* (CPM) esteja considerando substituir o referido método, passando a aplicar o denominado *Program Evaluation and Review Technique* – PERT. Tendo em mente as características dessas duas metodologias, caso operada a substituição aventada,
- (A) diversamente do que ocorre com o método CPM, que monitora todas as tarefas e etapas do projeto, com a adoção do PERT será monitorado apenas o que efetivamente impacta o tempo de execução do projeto.
 - (B) haverá ênfase na seleção de projetos, somente sendo escolhidos aqueles considerados viáveis financeiramente a partir de uma matriz de valoração segundo critérios de custo.
 - (C) não mais haverá o monitoramento do prazo de execução do projeto, mas apenas a avaliação dos impactos dos resultados obtidos a partir da correspondente implementação.
 - (D) os projetos deverão ser submetidos a revisões periódicas, para revalidação à luz dos objetivos estratégicos da organização, porém em períodos menores do que o previsto pelo método CPM, ou seja, ao menos trimestralmente.
 - (E) o tempo de duração dos projetos será calculado com base em uma média ponderada de cenários, incluindo o mais provável, o pessimista e o otimista.
-
47. O *Balanced Scorecard* – BSC está entre as metodologias mais comumente utilizadas pelas organizações no âmbito do planejamento estratégico e gestão e, de acordo com as características que lhe são inerentes,
- (A) apresenta uma visão equilibrada entre perspectivas financeiras e não financeiras, incluindo, entre estas últimas, a dos clientes, dos processos internos e do aprendizado e crescimento.
 - (B) se baseia nos mapas estratégicos, que são obtidos a partir da interação entre missão, visão e cultura da organização, oferecendo guias de atuação para os gestores.
 - (C) depende da existência de determinadas figuras centrais na organização: o arquiteto, o comunicador e o agente, sendo este último, necessariamente, o mais alto executivo da organização.
 - (D) se propõe a definir a missão, a visão e os valores da organização, sendo a missão obtida a partir do consenso dos colaboradores sobre o futuro almejado pela organização.
 - (E) não se amolda a entidades públicas, na medida em que apresenta indicadores de ordem estritamente econômico-financeiros, voltados à lucratividade e ao retorno do capital investido.
-
48. A Administração Pública contemporânea cada vez mais vem sendo cobrada a apresentar uma gestão pública eficiente, eficaz e efetiva, sendo que
- I. eficiência diz respeito à capacidade de prestar os serviços com o menor e melhor uso possível de recursos.
 - II. a efetividade refere-se ao impacto das ações considerando o atingimento dos objetivos públicos almejados.
 - III. eficácia é o mesmo que economicidade e significa a relação custo-benefício para a Administração.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
 - (B) I.
 - (C) II.
 - (D) I e II.
 - (E) III.
-
49. No processo decisório no âmbito das organizações, a tomada de decisão pode ocorrer de variadas formas, resultando em determinados tipos de decisão, entre as quais a decisão
- (A) consultiva, quando a decisão em si é transferida para um terceiro externo à organização, especialista no tema em discussão.
 - (B) consensual, que pressupõe unanimidade de votos, somente sendo obtida se todos acatarem a proposta inicial.
 - (C) democrática, em que os membros possuem autoridade e autonomia para a tomada da decisão, normalmente tomada por voto da maioria.
 - (D) programada, quando é tomada de forma prévia ao problema em si, também denominada preventiva.
 - (E) não-programada, consistente em decisões provisórias e precárias, adotadas em situações de crise ou urgência.
-
50. De acordo com a sistemática de simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, na forma estabelecida pelo Decreto nº 9.094/2017, que regulamenta a Lei nº 13.460/2017,
- (A) salvo se existir previsão legal ou dúvida fundada quanto à autenticidade, é dispensado o reconhecimento de firma e a autenticação de cópia dos documentos expedidos no País e destinados a fazer prova junto a órgãos e entidades do Poder Executivo federal.
 - (B) a Carta de Serviços constitui documento obrigatório a ser apresentado pelos usuários de serviços públicos e, por meio dela, serão prestadas todas as declarações sobre os requisitos para a obtenção do serviço, vedadas exigências adicionais.
 - (C) para fins de obtenção de benefícios perante os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF é suficiente e substitutivo de outros dados, exceto número e série da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.
 - (D) apenas brasileiros natos podem se beneficiar dos procedimentos disciplinados pela norma, ficando também excluídos desses procedimentos simplificados aqueles cujo documento comprobatório de Cadastro de Pessoa Física – CPF encontra-se cancelado ou suspenso.
 - (E) todo cidadão possui direito a requerer a simplificação dos procedimentos e exigências relativos à prestação de serviços públicos, incluindo a dispensa de reconhecimento de firma, mediante requerimento específico e desde que esteja em dia com suas obrigações perante a Justiça Eleitoral.



PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado, *Capítulo 10: item 10.3 Na Prova Discursiva-Redação o candidato deve produzir um texto dissertativo-argumentativo autoral, coeso e coerente, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, a partir de proposta única sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos referido ao presente Edital. [...] 10.9 Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no caderno de provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 10.10 Na Prova Discursiva-Redação, deverá ser rigorosamente observado o **limite mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas**, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Prova Discursiva-Redação.*

Texto I

Exp

Mal vc abre os olhos
e uma voz qq vem lhe dizer
o q fazer o q comer
como vestir
Todos querem se meter
numa coisa que só
a vc compete:
viver a sua vida
Deletar, destruir, detonar
esses atravessadores
A vida é uma só
e a única verdade
é a sua experiência
Não terceirize sua vida
Viva viva viva
essa é a sua vida

(Chacal)

Texto II

O que é ideologia?

É uma narrativa sobre como o mundo funciona e como deveria funcionar. Isso poderia ser o mundo social ou o mundo natural. Mas não é apenas uma história: tem prescrições rígidas sobre como devemos pensar, agir e interagir com outras pessoas. Uma ideologia condena qualquer desvio das regras prescritas.

[...]

As ideologias satisfazem a necessidade de tentar entender o mundo, de explicá-lo. E elas satisfazem nossa necessidade de conexão, de comunidade, de sentir que pertencemos a algo.

Também há uma questão de recursos. Explorar o mundo é cognitivamente caro, e apenas explorar padrões e regras conhecidas pode parecer ser a estratégia mais eficiente.

Além disso, muitas pessoas argumentam – e muitas ideologias tentarão lhe dizer isso – que aderir às regras é a única maneira correta de viver e de viver moralmente.

Na verdade, eu abordo isso de uma perspectiva diferente: as ideologias amortecem nossa experiência direta do mundo. Elas limitam nossa capacidade de nos adaptar ao mundo, de entender evidências, de distinguir entre evidências confiáveis e não confiáveis.

(Trecho da entrevista da neurocientista e psicóloga política Leor Zmigrod, da Universidade de Cambridge, ao jornal The New York Times. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br>)

A partir das ideias presentes em I e II, escreva um texto dissertativo-argumentativo expondo o seu ponto de vista sobre a questão:

As ideologias podem ser “atravessadores” da experiência autônoma e do pensamento flexível?



01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASSUNHO

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO

